

Psicologia e processos de adoção

Em um processo de adoção, a/o psicóloga/o atua em diferentes etapas: realizando a avaliação psicológica dos futuros pais para identificar os motivos para adoção, avaliando a criança ou adolescente que necessita ser colocado em família substituta para averiguar se realmente essa é a melhor opção ou acompanhando a família no pós-adoção.

Trabalhando em serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, a/o psicóloga/o deve tratar a adoção como um dos encaminhamentos possíveis para crianças que estão acolhidas. “Essa não pode ser tomada como a única solução e nem como a primeira alternativa. Partindo desse pressuposto, o risco é de termos processos de acompanhamentos e encaminhamentos equivocados”, afirma a psicóloga Bruna Moraes Battistelli. Para ela, é preciso estabelecer um trabalho de acompanhamento com a família antes de se decidir pela destituição do poder familiar ou não, evitando decisões baseadas em estigmas e preconceitos. “Mães usuárias de drogas são potenciais vítimas de terem seus bebês destituídos, sem um processo de acompanhamento adequado. Deve-se pensar nas possibilidades e potências que a família apresenta e fortalecer vínculos, como bem preconiza a legislação, para depois se pensar em processo de adoção”, defende Bruna. Ao identificar a adoção como uma

possibilidade, a/o psicóloga/o trabalha no reconhecimento das intenções da família adotante, avaliando que lugar esse filho ocupará. É importante que a/o profissional trabalhe com as expectativas da família em relação ao filho. “As questões da história de vida desse novo filho, o reconhecimento de uma história anterior à adoção. Todo o processo de aproximação dessa nova família deve ser falado com a criança, mesmo com os bebês. Uma fala verdadeira e dirigida à criança ou ao adolescente, com atenção aos sinais dela sobre esse processo”, ressalta a psicóloga Luciane Chiapinotto.

Atuando na Central de Atendimento Psicossocial Multidisciplinar do Tribunal de Justiça do RS, a psicóloga jurídica Verônica Petersen Chaves explica que em um processo de adoção, a habilitação dos pretendentes ocorre em diferentes etapas. Além da realização da avaliação psicológica, a/o psicóloga/o atua na preparação dos pretendentes. “Essa preparação é feita por



DEVE-SE PENSAR NAS
POSSIBILIDADES E
POTÊNCIAS QUE A FAMÍLIA
APRESENTA E FORTALECER
VÍNCULOS, COMO BEM
PRECONIZA A LEGISLAÇÃO,
PARA DEPOIS SE PENSAR
EM PROCESSO DE ADOÇÃO.



meio de um processo pedagógico e reflexivo acerca da adoção, em grupos, com a participação de diversos profissionais, de acordo com a realidade de cada comarca”. Essa etapa pode envolver juízes, promotores, defensores, psicólogas/os e assistentes sociais do judiciário, outros profissionais da rede de Assistência Social e até mesmo de universidades, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em muitos casos, a interdisciplinaridade acaba se tornando uma dificuldade para as/os psicólogas/os, que precisam administrar diferentes interferências e variáveis de ordem social e institucional. “O diálogo interdisciplinar necessita ser trabalhado dia a dia, conhecendo as diferentes matizes legais, sociais e institucionais da questão. A Psicologia precisa evoluir em suas contribuições com um maior debate acerca dos limites e possibilidades de estudos e de evolução científica do tema em nosso contexto brasileiro.”

Quando o processo de adoção já foi realizado, a/o psicóloga/o pode dar suporte às famílias, trabalhando com desafios e demandas que surgem no dia a dia. “A criança carrega a sua história de vida pré-adoção e os pais precisam se sensibilizar com esses sentimentos, que em alguns momentos serão de medo, dúvida, dor ou perda”, afirma a psicóloga perita Márcia Pinto. A psicóloga observa que nos últimos anos houve um crescimento do interesse pelo tema da adoção, com o interesse das pessoas em se familiarizarem com o assunto e, no pós-adoção, na busca por suporte para poder lidar melhor com as demandas que vão surgindo com os filhos.

Acolhimento institucional

Em espaços de acolhimento institucional, há a necessidade de um trabalho intersetorial entre Poder Judiciário e Serviços de Acolhimento, com definição de papéis e acompanhamento efetivo de uma das equipes por período definido. Bruna Moraes Battistelli destaca que, nesses locais, a/o psicóloga/o é parte de uma equipe de trabalho e deve estar atenta/o não só ao acompanhamento dos casos, mas também a como a rotina do serviço é constituída. “Vejo que muito das dificuldades das crianças e adolescentes é minimizado com um acompanhamento sistemático do processo de acolhimento. Assim, o psicólogo precisa organizar sua rotina para que consiga mediar esses processos que se colocam. É um trabalho bastante complexo, pois, diferentemente de outros serviços, os usuários [crianças e adolescentes] permanecem e quem vai embora ao final do dia são os profissionais. Isso altera o processo de vinculação, o entendimento das situações de maneira muito peculiar.” A/O profissional precisa, portanto, flexibilizar sua prática seguindo as orientações técnicas peculiares ao acolhimento e, principalmente, o seu Código de Ética. “Muitas vezes tratamos com situações graves, que podem envolver práticas judicializadas e relações medicalizantes. [...] O psicólogo, independentemente da sua aproximação teórica, precisa entender os processos de violência, de constituição de práticas de cuidados familiares e conseguir realizar os encaminhamentos necessários.”